

GESTÃO PÚBLICA: Um estudo sobre a identidade cultural e preservação do patrimônio imaterial no município de Cantá, Roraima

PUBLIC MANAGEMENT: A study on cultural identity and the preservation of intangible heritage in the municipality of Cantá, Roraima

Fátima Eduardo da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR/CBVZO
fatimaeduarda1315@gmail.com

Keycianny Magda Oliveira da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR/CBVZO
keyciannymagda20@gmail.com

Lizarb de Oliveira Barbosa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR/CBVZO
lizarbbarbosa8@gmail.com

Mirla Janaina Augusta Cidade

Universidade Federal de Roraima/UFRR
mirla.cidade@ufr.br

RESUMO

Este artigo analisa a preservação do patrimônio cultural imaterial no município de Cantá, Roraima, com foco na atuação da gestão pública municipal diante de práticas culturais que estruturam a identidade local. Realizou-se pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com análise de conteúdo temática, baseada em literatura científica, marcos legais e registros institucionais, além de fontes jornalísticas utilizadas como evidências descritivas de eventos contemporâneos. O objetivo foi compreender como o poder público municipal reconhece, apoia ou negligencia a salvaguarda de festas tradicionais, saberes comunitários e celebrações religiosas, identificando instrumentos disponíveis, limitações institucionais e potencialidades locais. Os resultados indicam forte vitalidade comunitária das manifestações culturais, mas baixa institucionalização de políticas sistemáticas de preservação, fragilidade no planejamento e limitada integração entre Estado e sociedade. Conclui-se que o fortalecimento da gestão cultural em Cantá requer institucionalização de instrumentos (inventários participativos, sistema municipal de cultura/patrimônio e planejamento), ampliação da participação social e articulação com escolas, universidades e órgãos de patrimônio para garantir continuidade dos patrimônios vivos locais.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Imaterial; Identidade Cultural; Políticas Públicas; Cantá–RR.

ABSTRACT

This article analyzes the preservation of intangible cultural heritage in the municipality of Cantá, Roraima, focusing on the role of municipal public management in relation to cultural practices that shape local identity. A qualitative bibliographical and documentary research design was adopted, using thematic content analysis based on scholarly literature, legal frameworks, and institutional records, while journalistic sources were used as descriptive evidence of contemporary events. The objective was to understand how local government recognizes, supports, or neglects the safeguarding of traditional festivals, community-based knowledge, and religious celebrations by identifying available instruments, institutional limitations, and local potentialities. Findings indicate strong community vitality of cultural expressions but low institutionalization of systematic safeguarding policies, fragile long-term planning, and limited integration between the State and civil society. The study concludes that strengthening cultural management in Cantá requires the institutionalization of tools (participatory inventories, a municipal culture/heritage system, and planning), expanded social participation, and collaboration with schools, universities, and heritage agencies to ensure continuity of living heritage practices.

KEYWORDS: Intangible Cultural Heritage; Cultural Identity; Public Policy; Cantá–RR.

1 INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural pode ser entendido como o conjunto de bens e práticas que expressam referências, memórias e identidades sociais. Neste estudo, faz-se a distinção entre patrimônio cultural (categoria ampla), patrimônio cultural imaterial (práticas, conhecimentos, celebrações e expressões socialmente transmitidas) e patrimônio simbólico (aspecto de reconhecimento e legitimidade social ligado aos bens culturais).

O patrimônio imaterial é definido pela Convenção da UNESCO de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial como práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades reconhecem como parte de seu patrimônio. É um campo em constante evolução: as manifestações não permanecem estáticas no tempo, mas se atualizam, ganham novos significados e negociam sentidos em contextos históricos e institucionais particulares (UNESCO, 2003; CARVALHO et al., 2025).

Em contextos amazônicos, essa dinâmica se torna ainda mais complexa. Ela abrange a diversidade étnica, as relações entre comunidades indígenas e populações migrantes, bem como as desigualdades históricas no acesso a recursos de preservação e políticas públicas. As publicações do IPHAN ressaltam a diversidade das referências culturais em Roraima e a relevância de iniciativas de educação patrimonial e preservação que levem em conta as territorialidades e os grupos historicamente marginalizados (IPHAN, 2009; IPHAN, 2024).

Em Cantá (RR), eventos como a Festa do Milho, a Festa do Abacaxi, festivais gastronômicos (como Damurida e Beijú) e comemorações religiosas ligadas a Nossa Senhora da Conceição funcionam como locais para sociabilidade, transmissão de valores e formação da identidade territorial. Esses acontecimentos envolvem aspectos alimentares, práticas religiosas e expressões culturais. Ademais, podem favorecer o turismo cultural e a revitalização econômica local, desde que haja planejamento e proteção para evitar a mercantilização e a descaracterização das práticas (ALBUQUERQUE; LOPES, 2014; MOSER; ROECKER; FRANCISCO, 2023).

Embora a comunidade seja vibrante, a preservação do patrimônio imaterial enfrenta desafios significativos. A literatura indica que há lacunas institucionais, fragilidade nas normas em nível municipal e desigualdades regionais no acesso aos mecanismos de registro e financiamento. Isso afeta principalmente os municípios menores e periféricos (PELEGRINI, 2008; CORÁ, 2014; MOSER; ROECKER; FRANCISCO, 2023). Em Cantá, essas fragilidades se manifestam na falta de inventários organizados, na escassa oferta de dados públicos e nas limitações de estrutura técnica para um planejamento cultural contínuo (ALBUQUERQUE; LOPES, 2014).

No âmbito jurídico, a Constituição Federal de 1988 expandiu a noção de patrimônio cultural ao reconhecer bens tanto materiais quanto imateriais, além de valorizar a participação da sociedade

na definição de referências culturais. O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial foi estabelecido pelo Decreto n.º 3.551/2000, que também orientou os procedimentos de reconhecimento e salvaguarda. No entanto, esses marcos dependem da habilidade dos governos estaduais e municipais em implementar ferramentas, planejar ações e conectar o Estado às comunidades portadoras (PORTA, 2012; FRIDMAN; ARAÚJO; DAIBERT, 2019).

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é avaliar de forma crítica as estratégias, os desafios e as oportunidades da administração pública municipal de Cantá na preservação e promoção do patrimônio cultural imaterial. Além disso, busca-se abordar a conexão entre patrimônio e turismo cultural como uma oportunidade e um risco, levando em conta as disputas por legitimidade e reconhecimento social (BOURDIEU, 1989). Também se propõem abordagens metodológicas de inventários participativos que sejam adequadas à realidade local.

2 METODOLOGIA

Este estudo utiliza uma metodologia qualitativa, de natureza exploratória e interpretativa, apropriada para entender os processos socioculturais e institucionais ligados à preservação do patrimônio cultural imaterial na cidade de Cantá, em Roraima. A pesquisa qualitativa possibilita a análise de significados, práticas e modos de atuação tanto do poder público quanto das comunidades locais, levando em conta as particularidades históricas e territoriais de um pequeno município na Amazônia.

O material empírico foi composto por pesquisa bibliográfica e documental, cobrindo o período de 1988 a 2025, com a análise de 26 documentos. O corpus abrangeu legislações e normas, publicações institucionais do IPHAN, literatura científica sobre patrimônio, identidade e políticas culturais, além de uma reportagem usada como registro descritivo de um evento cultural recente na cidade. Os documentos foram escolhidos com base em critérios de relevância temática, confiabilidade institucional e adequação ao recorte territorial, com a exclusão de materiais duplicados, fontes sem autoria identificável ou sem conexão direta com o objeto de estudo. A validação das fontes foi realizada por meio da classificação por nível de confiabilidade, da verificação da consistência interna e da triangulação entre diversos tipos de documentos.

As fontes jornalísticas foram utilizadas como material adicional para contextualizar práticas culturais contemporâneas e dinâmicas de participação social, em vez de serem consideradas evidência científica. A análise dos dados foi conduzida por meio da análise de conteúdo temática, de acordo com Bardin (2016). Isso foi feito por meio da identificação de unidades de sentido e de sua organização em categorias analíticas ligadas à identidade cultural, às políticas públicas de preservação e à gestão municipal do patrimônio imaterial. A falta de inventários culturais sistematizados e a

insuficiência de dados públicos municipais são reconhecidas como limitações do estudo. Essas características são comuns em pequenos municípios da Amazônia, mas foram parcialmente atenuadas pela triangulação das fontes empregadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Patrimônio imaterial, memória social e identidade em Cantá (RR)

De acordo com a UNESCO (2003), o patrimônio cultural imaterial não se limita a um conjunto de tradições estáticas. Ele se mantém como uma prática social viva, apoiada por comunidades que consideram certas expressões como componentes de sua identidade e memória coletiva. Em Cantá, festas, festivais de comida e celebrações religiosas funcionam como instrumentos de sociabilidade e renovação da memória local. Elas conectam aspectos históricos, afetivos e territoriais, fortalecendo o senso de pertencimento.

Nesse processo, há disputas por visibilidade e reconhecimento na Amazônia. A literatura técnica do IPHAN ressalta que os bens culturais de Roraima formam um mosaico diverso, com referências ligadas à religiosidade popular, migrações e variadas práticas socioculturais (IPHAN, 2009; IPHAN, 2024). Em cidades menores, a declaração identitária pode ser ainda mais delicada, uma vez que a centralidade política e cultural geralmente se concentra nas capitais, criando desequilíbrios no reconhecimento.

Bourdieu (1989) pode ser usado para interpretar essa dinâmica. Quando certas manifestações são consideradas "representativas" do município, elas ingressam em um âmbito simbólico (compreendido aqui como um espaço de disputa por reconhecimento e legitimidade). Nesse âmbito, a visibilidade pública, o respaldo institucional e a presença em mídias e agendas oficiais podem transformar-se em prestígio social e recursos. Desse modo, festas e festivais não são apenas eventos, mas também podem representar capital simbólico para a cidade, com a capacidade de promover a mobilização social e atrair visitantes.

No entanto, para que o patrimônio imaterial contribua para a identidade e o desenvolvimento local, é preciso ter cuidado com a simplificação cultural. A literatura sobre gestão do patrimônio adverte que, sem proteção e envolvimento da comunidade, existe o perigo de mercantilização e perda de identidade, especialmente quando o turismo cultural se torna o foco principal sem um planejamento adequado (MOSER; ROECKER; FRANCISCO, 2023).

A Tabela 1 foi organizada com base nas fontes documentais e no recorte municipal, é apresentada para sistematizar as manifestações mencionadas no estudo.

Tabela 1: Síntese das manifestações culturais no município de Cantá (RR)

Manifestação cultural	Manifestação cultural	Manifestação cultural	Manifestação cultural	Manifestação cultural	Manifestação cultural
Festa do Milho	Associada a ciclos agrícolas e sociabilidade rural	Festa tradicional/comunitária	Anual (conforme agenda local)	Agricultores, famílias, escolas, visitantes	Valoriza agricultura familiar, memória rural e pertencimento
Festa do Abacaxi	Vinculada à produção local e identidade agrícola	Festa tradicional/turística	Anual (conforme agenda local)	Comunidade, produtores, comércio, turistas	Afirma “marca” territorial e identidade produtiva
Festival da Damurida	Prática alimentar com referências regionais	Festival gastronômico	Conforme organização local	Comunidade, cozinheiras/os, visitantes	Reforça identidades alimentares e sociabilidade
Festival do Beijú	Saber-fazer alimentar e tradição culinária	Festival gastronômico	Conforme organização local	Comunidade, grupos culturais, visitantes	Valoriza modos de fazer e transmissão cultural
Festa de Nossa Senhora da Conceição	Religiosidade popular e tradição comunitária	Celebração religiosa	Calendário religioso	Paróquia, famílias, comunidade	Sustenta laços sociais e memória coletiva

Nota: a periodicidade exata e os dados de público precisam ser complementados posteriormente por meio de inventário municipal e registros oficiais sistematizados, os quais não estão totalmente disponíveis no corpus analisado.

3.2 Políticas Públicas de Preservação Cultural no Brasil

A Constituição Federal de 1988 expandiu a definição de patrimônio cultural, reconhecendo seus aspectos materiais e imateriais, e reforçou a dimensão democrática ao levar em conta as referências culturais associadas a diferentes grupos sociais (BRASIL, 1988; PORTA, 2012). O Decreto n.º 3.551/2000 instituiu um instrumento específico para o registro do patrimônio imaterial, incluindo livros de registro e orientações para sua salvaguarda.

No entanto, a literatura mostra que esse progresso normativo não resolve as desigualdades territoriais. Municípios com maior competência administrativa geralmente estabelecem conselhos, inventários, dossiês e planos de proteção. Por outro lado, as áreas periféricas lidam com restrições técnicas e financeiras (CORÁ, 2014; FRIDMAN; ARAÚJO; DAIBERT, 2019). Para entender a realidade de Cantá, é fundamental considerar essa assimetria, na qual a presença de manifestações culturais não significa necessariamente a existência de uma política pública estruturada.

Nesse aspecto, Pelegrini (2008) acrescenta que a administração do patrimônio imaterial requer institucionalização e continuidade, em vez de apenas intervenções pontuais. Porta (2012) enfatiza que a política de preservação requer a colaboração de diversos agentes: órgãos de patrimônio, governos

locais, instituições de ensino, associações e comunidades portadoras. Na ausência desse arranjo, a salvaguarda tende a depender majoritariamente de iniciativas comunitárias.

3.3 A Gestão Pública e o Patrimônio Cultural em Cantá (RR)

No âmbito municipal, as evidências documentais examinadas indicam que Cantá possui ferramentas de planejamento territorial, como o Plano Diretor Participativo, além de legislações municipais que reconhecem e estabelecem festividades locais. Esses aparelhos indicam o reconhecimento oficial de expressões culturais.

No entanto, o corpus não forneceu documentação suficiente para confirmar a existência de um sistema municipal de patrimônio totalmente estruturado, que inclua um conselho específico em funcionamento, um inventário cultural municipal e um programa contínuo de salvaguarda.

Isso possibilita afirmar, com cautela metodológica, que a gestão pública local ainda aborda o assunto de forma fragmentada. As leis que institucionalizam festas são importantes, porém geralmente funcionam como um reconhecimento pontual. A literatura indica que a salvaguarda requer ações contínuas, como mapeamento, inventários, planejamento, mecanismos de financiamento e envolvimento social (PELEGRINI, 2008; PORTA, 2012).

A conexão entre patrimônio imaterial e turismo cultural, mencionada na introdução, deve ser reconsiderada como uma dimensão analítica do caso. Em Cantá, festas e festivais têm o potencial de atrair turistas e impulsionar a economia local. No entanto, conforme alertam MOSER; ROECKER; FRANCISCO (2023), quando a “marca cultural” é explorada sem proteção e sem envolvimento da comunidade, aumenta o perigo de mercantilização e perda de significado cultural.

No contexto bourdieusiano, o capital simbólico das manifestações pode ser transformado em capital econômico; no entanto, isso deve ser feito com governança local para prevenir a captura externa e a exclusão dos praticantes (BOURDIEU, 1989).

Dessa forma, o turismo cultural se apresenta como uma oportunidade e um risco: uma oportunidade por aumentar a visibilidade e a renda; um risco por pressionar a simplificação cultural e a instrumentalização de símbolos indenitários. Essa ambivalência destaca a importância do planejamento público e do acordo comunitário.

3.4 Desafios e perspectivas para a salvaguarda do patrimônio cultural em Cantá

A partir do conjunto de resultados analisados, é possível identificar quatro eixos centrais de desafios para a salvaguarda do patrimônio cultural em Cantá: (i) fragilidade institucional e normativa; (ii) assimetrias na participação social; (iii) tensões entre desenvolvimento econômico e preservação; e (iv) necessidade de fortalecimento da educação patrimonial.

Do ponto de vista institucional, a inexistência de um sistema municipal de patrimônio, de um conselho específico e de instrumentos próprios de reconhecimento (como leis de tombamento e registro em nível local) limita a capacidade de planejamento de longo prazo e a articulação com políticas estaduais e federais (CORÁ, 2014; MOSER; ROECKER; FRANCISCO, 2023). Embora o Plano Diretor Participativo (Lei nº 324/2019) represente um avanço em termos de ordenamento territorial, seu potencial articulação com a agenda do patrimônio cultural ainda parece incipiente (IPHAN, 2024).

No que se refere à participação social, a pesquisa de campo realizada por Albuquerque (2020) evidencia um quadro ambivalente: por um lado, há forte engajamento de moradores e representantes de órgãos públicos na discussão sobre o futuro do município; por outro, as percepções sobre desenvolvimento tendem a privilegiar demandas imediatas por emprego e infraestrutura, relegando a cultura a um papel secundário, muitas vezes restrito ao entretenimento.

Isso indica a necessidade de fortalecer processos formativos que evidenciem as inter-relações entre cultura, identidade, turismo e desenvolvimento local, conforme já apontado por experiências de educação patrimonial em Roraima (IPHAN, 2009; NASCIMENTO; BAPTAGLIN, 2009).

As tensões entre desenvolvimento econômico e preservação também se fazem presentes. A aposta em atividades como o turismo, identificada na dissertação como potencial emergente para Cantá, pode, de um lado, gerar visibilidade e renda; de outro, pode levar à mercantilização de bens culturais, à pasteurização de festas e à instrumentalização de símbolos identitários para fins estritamente mercadológicos, como alertam Moser, Roecker e Francisco (2023) em seus debates sobre patrimônio, identidade e memória no contexto brasileiro. Em termos bourdieusianos, trata-se da disputa pela conversão de capital simbólico em capital econômico, com risco de que grupos externos capturem os benefícios da “marca cultural” do município em detrimento das comunidades portadoras (BOURDIEU, 1989).

Por fim, a educação patrimonial desponta como eixo estratégico para a construção de perspectivas transformadoras. A articulação entre escolas, universidades, IPHAN e governo municipal pode viabilizar inventários participativos, projetos de pesquisa e ações de formação docente que valorizem os saberes locais e fortaleçam o protagonismo dos detentores de bens imateriais (PELEGRINI, 2008; IPHAN, 2009; IPHAN, 2024). Experiências como programas de valorização dos patrimônios materiais e imateriais no estado de Roraima demonstram que, quando a comunidade é efetivamente envolvida na definição do que deve ser preservado, a política patrimonial ganha legitimidade social e sustentabilidade (NASCIMENTO; BAPTAGLIN, 2009).

Assim, os resultados indicam que a salvaguarda do patrimônio cultural em Cantá não pode ser reduzida à criação pontual de eventos ou à simples adesão a marcos legais nacionais. Ela exige uma

abordagem integrada que considere as especificidades da pequena cidade amazônica, suas desigualdades socioeconômicas, a centralidade da cultura imaterial na vida cotidiana e o papel ativo das comunidades na produção de memória e identidade. Nesse horizonte, o desafio não é apenas “preservar o passado”, mas criar condições para que os sujeitos locais sigam recriando, em seus próprios termos, os sentidos de ser e pertencer a Cantá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou que o patrimônio cultural imaterial de Cantá é uma dimensão fundamental da identidade territorial, promovendo sociabilidades, memórias e sentimentos de pertencimento por meio de festividades, celebrações religiosas e práticas comunitárias. Do ponto de vista empírico-documental, notou-se o reconhecimento formal de expressões culturais, principalmente por meio de legislações municipais e registros institucionais. Contudo, constatou-se a falta de documentação adequada que comprove a existência de uma política municipal de salvaguarda contínua e sistematizada.

A partir da perspectiva analítico-teórica, o debate apontou que o patrimônio imaterial deve ser entendido como uma prática ativa e dinâmica, passível de ressignificações e conflitos por legitimidade. A análise sob a perspectiva de Bourdieu ajudou a entender que o reconhecimento público e institucional das manifestações pode funcionar como capital simbólico para a cidade. Esse capital pode até mesmo estar ligado ao turismo cultural. No entanto, sem mecanismos de proteção e governança participativa, existe o perigo de mercantilização e de perda de significado cultural.

Como recomendação prática, conclui-se que o fortalecimento da gestão cultural municipal em Cantá exige: (i) a criação de instrumentos permanentes, como inventários participativos, diagnóstico cultural, sistema municipal de cultura/patrimônio e planejamento; (ii) ampliação e qualificação da participação social, assegurando o protagonismo dos grupos portadores; (iii) integração com instituições de ensino e órgãos de patrimônio para educação patrimonial e formação técnica; (iv) implementação de estratégias de salvaguarda que equilibrem o desenvolvimento local e a preservação cultural, especialmente em relação às oportunidades relacionadas ao turismo cultural.

Por último, é importante destacar como limitação a falta de dados públicos locais e a inexistência de inventários organizados, o que limita análises mais detalhadas sobre ações, orçamento e programas municipais. Mesmo assim, o estudo contribui ao sistematizar referências, elaborar um quadro-síntese das expressões culturais e sugerir abordagens metodológicas e institucionais para a preservação do patrimônio imaterial em Cantá, reforçando as discussões sobre políticas culturais em pequenas cidades da Amazônia.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Ucely de Paula; LOPES, José Benjamin. Pequenos municípios na Amazônia: potencialidades e limitações no Cantá-RR. *Percurso – Revista de História*, Curitiba, v. 14, n. 1, p. 191–210, jan./jun. 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 3 dez. 2025.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2005.
- CANTÁ (Município). História do município. Disponível em: <https://canta.rr.gov.br/historia/>. Acesso em: 3 dez. 2025.
- CANTÁ (Município). Lei nº 099, de 17 de outubro de 1995. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. Cantá-RR, 1995.
- CARVALHO, Ana Filipa Estêvão de. Reafirmar a identidade cultural local: o património cultural imaterial local como recurso. 2014. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária) – Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa, 2014.
- CARVALHO, Emily Maria Barros; WESTPHAL, Euler Renato; GUSSO, Luana de Carvalho Silva. Patrimônio imaterial na sociedade digital: uma revisão integrativa do intangível na construção da identidade cultural na era virtual. *Cadernos NAUI*, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 263–283, jan./jun. 2025.
- CORÁ, Maria Amelia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 5, p. 1093–1112, set./out. 2014.
- EVENTO cultural sobre tradições da região Norte reúne mais de 100 estudantes no Cantá, em Roraima. G1 Roraima, 29 nov. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2025/11/29/evento-cultural-sobre-tradicoes-da-regiao-norte-reune-mais-de-100-estudantes-no-canta-em-roraima.ghtml>. Acesso em: 3 dez. 2025.
- FRIDMAN, Fania; ARAÚJO, Ana Paula Silva de; DAIBERT, André Barcelos Damasceno. Políticas públicas de preservação do patrimônio histórico no Brasil: três estudos de caso (1973–2016). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 21, n. 3, p. 621–638, 2019.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Coletânea de artigos: Patrimônio Cultural de Roraima*. Boa Vista: Iphan, 2009. 189 p.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Patrimônio cultural acautelado: Roraima em foco*. Brasília: Iphan, 2024. 227 p.
- MOSER, G.; ROECKER, R.; FRANCISCO, T. Gestão pública do patrimônio histórico: uma análise das interrelações jurídicas entre identidade e memória no contexto brasileiro. *Cenário – Revista*

Interdisciplinar em Turismo e Território, Brasília, v. 11, n. 1, p. 401–413, 2023. DOI: <https://doi.org/10.26512/rev.cenario.v11i1.47900>.

PELEGRINI, Sandra C. A. A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. História, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 145–173, 2008.

PORTA, Paula. Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil : diretrizes, linhas de ação e resultados : 2000/2010 / Paula Porta. -- Brasília, DF : Iphan/Monumenta, 2012. 344 p. : il. ; 28 cm

PORTA, Paulo Sérgio de Proença. Resenha de: SANT'ANNA, Márcia. Patrimônio cultural: uma visão integrada. Salvador: EDUFBA, 2009. Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ. História do município. Disponível em: <https://canta.rr.gov.br/historia/>. Acesso em: 3 dez. 2025.

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris, 2003. Disponível em: <https://ich.unesco.org/>. Acesso em: 10 jun. 2025.